



PORTARIA DE OUTORGA Nº 63, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016

O Diretor de Planejamento e Gestão Hídrica da Agência Estadual de Recursos Hídricos – AGERH, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Lei Estadual nº 10.143 de 16 de Dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Outorgar, pelo prazo de 06 (seis) anos contados a partir da data de publicação desta Portaria, aos Srs. Franciane Rodrigues e José Mário de Freitas, CPF Nº 112.952.227-01 e 558.602.147-15, doravante denominados Outorgados, o direito de uso de recursos hídricos, na modalidade de Autorização, para captação de água no córrego Serrinha, em barramento, referente ao processo nº 64568105 Portaria de Outorga nº 62/16, região hidrográfica do Rio Doce, município de São Mateus, requerido por meio de processo nº 51058782, com as seguintes características:

I – Coordenadas UTM do ponto da captação: 368186 E / 7926536 N, Datum WGS-84;

II – Coordenadas UTM do ponto do barramento: 368186 E / 7926536 N, Datum WGS-84;

III – Dados da captação (valores máximos):

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Q (L/s):	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	0	0	0	3,2	3,2
h/dia:	8	8	8	6	6	5	5	0	0	0	8	8
Nº dias:	10	10	10	5	6	7	8	0	0	0	20	20
V (m³)	921,6	921,6	921,6	345,6	414,7	403,2	460,8	0,0	0,0	0,0	1843,2	1843,2

IV – Dados do barramento:

a) área máxima inundada: 7.719,54 m²;

b) volume máximo acumulado: 13.895,17 m³;

V – Finalidade de uso das águas: irrigação de uma área de 1,5 ha.

Parágrafo único – As obras e serviços necessários ao uso de recursos hídricos de que trata esta Portaria serão executados a expensas dos Outorgados e deverão ser iniciados no prazo de 02 (dois) anos e concluídos no prazo de 06 (seis) anos, contados a partir da data de vigência deste documento.

Art. 2º Na hipótese de as vazões do curso de água nos períodos de estiagem atingirem volumes insuficientes para garantir, simultaneamente, a captação autorizada e a manutenção de um fluxo residual a jusante igual a 6,47l/s (23,28 m³/h), os Outorgados se obrigam a reduzir a captação de modo a garantir o supracitado fluxo residual.

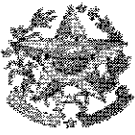
Art. 3º A Autorização, objeto desta Portaria, poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I – Descumprimento das condições estabelecidas nos arts. 1º e 2º;

II – Conflitos com normas posteriores;

III – Incidência no art. 29 da Lei nº 10.179 de 18 de março de 2014;

IV – Indeferimento ou cassação da licença ambiental, se essa licença for necessária.



V – Cancelamento da Portaria de Outorga nº 62/16.

Art. 4º Esta Outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I – Quando os estudos de planejamento regional de utilização de recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II – Quando for necessária a adequação para garantir as prioridades de uso previstas nos planos de recursos hídricos.

Art. 5º Os Outorgados responderão civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente autorização.

Art. 6º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção pelos Outorgados de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º Esta Outorga poderá ser renovada mediante formalização de processo de renovação junto a AGERH, com antecedência mínima de noventa dias do término de sua vigência.

Art. 9º O uso de recursos hídricos objeto desta Outorga está sujeito à cobrança, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e arts. 30 e 31 da 10.179, de 18 de março de 2014.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sob a forma de extrato.


Antônio de Oliveira Junior
Diretor de Planejamento e Gestão Hídrica